

Crianças Operárias: a Gênese da Educação Infantil e os Limites do Pioneirismo Paulistano

Solange Alves Miranda¹
Universidade de São Paulo
solmi80@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as origens da educação infantil pública da cidade de São Paulo, tendo como marco a criação dos Parques Infantis em 1935. Partindo do documento “Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos” (1941), de Nicanor Miranda, e de pesquisas críticas como as de Filizzola (2002), argumenta-se que esses espaços, voltados às “crianças proletárias paulistanas”, não podem ser compreendidos apenas como uma inovação pedagógica pioneira. A análise revela que os parques constituíram um projeto político complexo, que conjugava assistência social, saúde e lazer com um ideário civilizatório, higienista e regulador, destinado a moralizar e controlar as populações operárias e imigrantes. Conclui-se que o legado dessa fundação, marcada por hierarquias sociais e raciais, ainda ecoa nas estruturas e práticas contemporâneas da educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Parques Infantis; História da Educação; São Paulo.

Abstract

This article analyzes the origins of public early childhood education in the city of São Paulo, using the creation of the Children's Parks in 1935 as a landmark. Based on the document "Origin and Propagation of Children's Parks and Playgrounds" (1941), by Nicanor Miranda, and critical research such as that of Filizzola (2002), it is argued that these spaces, aimed at "proletarian children of São Paulo," cannot be understood merely as a pioneering pedagogical innovation. The analysis reveals that the parks

¹ Mestranda pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo na área de Estado, Sociedade e Educação. Pedagoga, atua na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de São Paulo há quinze anos, quatorze deles na EMEI Nelson Mandela. A EMEI Nelson Mandela, localizada no bairro do Limão, Zona Norte de São Paulo, teve até 2016 o nome de EMEI Guia Lopes. Mas em 2015, famílias, professoras e comunidade fizeram um abaixo assinado pedindo a troca do nome. Isso depois que a escola sofreu um ataque racista nos seus muros. Hoje a escola é referência de educação antirracista na Educação infantil do Município de São Paulo.



1º SIMPÓSIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DA FATEC PRAIA GRANDE



ANTIRRACISMO EM MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E TRABALHO

constituted a complex political project, combining social assistance, health, and leisure with a civilizing, hygienist, and regulatory ideology, intended to moralize and control the working-class and immigrant populations. It concludes that the legacy of that foundation, marked by social and racial hierarchies, still echoes in the contemporary structures and practices of early childhood education.

Keywords: Early Childhood Education; Children's Parks; History of Education; São Paulo.

Introdução

No mundo que cá estamos, no aterro que custeou a sustentação da Europa como centro, haverá ainda um luar que acenda a beira d'água e, ali, os de vista forte e intuição segura irão ouvir as risadas dos curumins que brincam. Estes descerão dos céus enquanto a cidade desencantada dorme, vão se despir de sua forma de estrela para vadiarem na areia
(Luiz Rufino, 2021)

A gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938) destacou-se pelo caráter inovador, tanto na formulação de leis quanto na execução de políticas públicas para a cultura. Sua atuação foi fundamental na criação de instituições culturais permanentes, com foco na preservação do patrimônio e na democratização do lazer. Um exemplo emblemático desse pioneirismo foi a implantação dos Parques Infantis, projeto historicamente reconhecido como uma de suas principais realizações como gestor.

Figura 1. Mário e as crianças. Parque Infantil Pedro II, 1937



Fonte: Itaú, 2013, p. 4

Com base nos estudos de Faria (1999) e Niemeyer (2002), compreende-se que Mário de Andrade desempenhou um papel central em relação aos primeiros Parques Infantis, atuando não apenas como um incentivador, mas como um verdadeiro animador e coautor das diretrizes pedagógicas que orientavam as atividades nesses espaços. Ele não agia sozinho: estava inserido em uma rede de colaboradores que compartilhava do ideal de um projeto cultural destinado especialmente aos bairros operários. Essa rede incluía desde intelectuais ligados à Semana de 1922 e ao círculo de debates no apartamento do jornalista Paulo Duarte, entre 1929 e 1931, até figuras como Nicanor Miranda, que dirigia a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura. A eles somavam-se educadoras como Maria Aparecida Duarte (Dona Nini), a musicista Oneyda Alvarenga, responsável pela Discoteca Pública, e Sérgio Milliet, à frente da Divisão de Documentação. Até mesmo poetas consagrados, como Manuel Bandeira, Menotti del Picchia e Jorge de Lima, foram convidados a adaptar “loas” para as apresentações infantis, demonstrando a dimensão coletiva e interdisciplinar da iniciativa (FARIA, 2002, p. 122-151).

Tudo começou com a criação dos três primeiros Parques Infantis, em 1935, quando Mário de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura



1º SIMPÓSIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DA FATEC PRAIA GRANDE



ANTIRRACISMO EM MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E TRABALHO

da Cidade. Mais tarde, São Paulo passou a contar também com Recantos Infantis. Ambos eram vistos como serviço público oferecido às famílias em situação vulnerável, locais onde as crianças poderiam ficar enquanto os adultos trabalhavam. Pouco a pouco, a cidade compreendeu o papel importante que aqueles espaços – chamados de creches, posteriormente – tinham no processo educativo das crianças, fato que ganhou mais força em 1988, quando a Constituição Federal definiu a Educação Infantil como um direito da criança. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional consolida o trabalho realizado por décadas na Educação Infantil, considerando-a parte do sistema educacional, a primeira etapa da Educação Básica. Naquele momento histórico, o brincar passou a ser visto como passaporte para o conhecimento e formação integral dos pequenos. Isso permitiu que a criança pudesse criar culturas infantis e despertasse para a criatividade, para a investigação e para a descoberta de novos conhecimentos. (SÃO PAULO, 2025, p.4)

A narrativa histórica sobre o início da educação infantil em São Paulo é inseparável da figura das “crianças operárias”. Foi para atender a esse público que se estruturou, na década de 1930, o projeto dos Parques Infantis, sob a égide do Departamento de Cultura. Ao completar 90 anos em 2025, essa iniciativa, idealizada por Mário de Andrade e consolidada como marco fundador, demanda uma análise que ultrapasse a celebração do pioneirismo. É necessário compreendê-la como uma política pública profundamente imbricada nas transformações urbanas, nas disputas políticas e em um ideário racializado, funcionando mais como um mecanismo de regulação social do que como mera democratização do acesso à educação e ao lazer (FILIZZOLA, 2002).

Este artigo propõe a realizar essa revisão crítica, apoiando-se em fontes primárias, como o caderno de Nicanor Miranda (1941), e na historiografia que problematiza o caráter assistencialista e civilizatório do projeto. O objetivo é demonstrar como o nascimento da educação infantil municipal resultou da confluência entre um projeto intelectual estatal, a prática assistencial e a reprodução de hierarquias sociais, deixando um legado de exclusões que perdura.

1. Os Parques Infantis em Perspectiva: Do Documento de Miranda à Crítica Historiográfica



1º SIMPÓSIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DA FATEC PRAIA GRANDE



ANTIRRACISMO EM MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E TRABALHO

O caderno “Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos” (MIRANDA, 1941) oferece mais do que um registro administrativo; ele traça uma genealogia internacional do modelo, ligando-o a correntes pedagógicas europeias que valorizavam o brincar ao ar livre. No contexto brasileiro, Miranda registra a existência de parques em vários estados, indicando que a experiência paulistana não foi isolada. No entanto, sua descrição dos parques de São Paulo é reveladora: eles são explicitamente destinados à “criança proletária paulistana”, localizados em bairros operários como Brás, Mooca e Ipiranga, e tinham como eixos a assistência em saúde e alimentação.

São Paulo conta atualmente com 7 Parques. Três funcionam como Parques de Jogos, isto é, Parques Infantis, de dia, Clube de Menores Operários à noite. Essa orientação visa utilizá-los para crianças de 3 a 12 anos e rapazes de 13 a 21 anos, no louvável intuito de estender os benefícios do trabalho social aos adolescentes e realizar ao mesmo tempo uma obra de continuação. Infelizmente por enquanto, só os do sexo masculino. Um serviço para moças ou misto requereria evidentemente instalações devidamente estudadas. Já seria uma organização diferente, gênero Casa de Cultura, Centro de Comunidade ou qualquer outra semelhante. É pena que S. Paulo, grande cidade industrial, ainda não possua. Todos os serviços são totalmente custeados pela Prefeitura Municipal, pela verba do seu Departamento de Cultura, os parques estão localizados em bairros de densa população proletária : Braz, Mooca, Ipiranga, Lapa, Santo Amaro, Barra Funda, catumbi e Vila Romana. (MIRANDA, 1941, p. 19-20)

Essa oferta de condições básicas de sobrevivência, contudo, não era desinteressada. Conforme analisa Filizzola (2002), os parques representavam uma “caridade de espírito” do Estado, uma forma de conter tensões sociais enquanto se promovia um projeto moralizante. Eles se opunham simbolicamente à rua, espaço associado à desordem e às culturas populares e negras, propondo em seu lugar uma “troca” pedagógica disciplinadora. Dessa forma, o discurso institucional, inclusive por meio de registros fotográficos, enquadrava a criança operária para legitimar uma narrativa de civilização e controle.



1º SIMPÓSIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DA FATEC PRAIA GRANDE



ANTIRRACISMO EM MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E TRABALHO

A análise de Filizzola (2002) permite compreender o nascimento da educação infantil municipal a partir de três dimensões interligadas. Primeira, a institucionalidade do Departamento de Cultura, que corporificou o projeto político de uma elite intelectual. Segunda, a experiência concreta dos parques como espaços de lazer, saúde e alimentação para os filhos de operários. Terceira, a reprodução de hierarquias raciais e sociais, que definiam qual infância era digna de proteção e sob quais critérios esses que demandavam a normatização e a domesticação das diferenças culturais.

Nesse sentido, o direito à infância foi proclamado de forma condicional. O acesso aos parques e, por extensão, à proteção do Estado, estava atrelado à adesão a padrões de higiene, moralidade e comportamento alinhados com os valores das classes dominantes. A assistência era, portanto, um instrumento de mobilização e conformação social.

2. A Reconfiguração Higienista na Gestão Fábio Prado

A gestão do prefeito Fábio Prado (1934-1938) foi crucial para a consolidação e reorientação dos Parques Infantis. Se manteve o compromisso com a recreação “útil” para os filhos de operários, promoveu uma transformação significativa ao incorporar formalmente a educação higiênica como meta central. O Ato Municipal n. 1146 de 1936 instituiu a figura da educadora sanitária, profissional formada pelo Instituto de Higiene, transferindo a ela as atribuições de saúde antes das instrutoras.

Essa mudança não foi apenas técnica. Representou uma hierarquização do quadro funcional e a cientificação do controle sobre os corpos e os lares das crianças pobres. As funções da educadora sanitária incluíam visitas domiciliares, investigação das condições familiares e incutimento de hábitos, estendendo a ação reguladora do Estado para dentro do espaço privado. Esse movimento articulava-se a outras iniciativas, como as Associações de Pais e conferências, revelando uma estratégia dupla de educar a criança e fiscalizar sua família



1º SIMPÓSIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DA FATEC PRAIA GRANDE



ANTIRRACISMO EM MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E TRABALHO

Mas, quem foram as crianças frequentadoras dos Parques Infantis? Em que bairros moravam? Estes bairros podem ser caracterizados como “áreas homogêneas” da cidade? De que maneira as pesquisas e inquéritos desenvolvidos junto às crianças dos Parques Infantis pretenderam interferir nos seus hábitos e no seu desenvolvimento moral? Por que será que nos artigos publicados pela Revista do Arquivo Municipal- RAM e nas Separatas, sobre os Parques Infantis só se fala em “maus hábitos”, “más condições higiênicas e morais” e dos vícios encontrados nas crianças filhas de operários? Quais questões estavam em jogo com a institucionalização das crianças filhas de operários estrangeiros nos Parques Infantis? De que forma os inquéritos elaborados pela Escola Livre de Sociologia e Política, pelo Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo e pela Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, procuravam intervir sobre o binômio pobreza-doença- relacionando-o à nacionalidade das famílias operárias? Procuraremos responder a estas questões apresentando os trabalhos publicados pela RAM que, em geral, tratam especificamente dos Parques Infantis. (Filizzola, 2002, p.124)

A autora argumenta ainda que essa transformação inscreve-se em um projeto municipal preexistente, citando Atos anteriores à criação do Departamento de Cultura que já mencionavam “parques de jogos infantis”. Portanto, a gestão Fábio Prado não criou, mas reformulou e amplificou uma política de organização do lazer operário infantil, alinhando-a decisivamente aos ideais higienistas e de saneamento social.

3. O Legado Histórico e seus Ecos Contemporâneos

Revisitar criticamente a trajetória dos Parques Infantis é essencial para interrogar as bases da educação infantil municipal. Embora sejam o marco fundador, é inegável que estiveram vinculados desde sua origem a um projeto civilizatório, segregador e assistencialista. As hierarquias então estabelecidas deixaram marcas profundas.

Pesquisas já denunciavam, no final do século XX, a presença do racismo nesse nível de ensino. CAVALLEIRO (1998, p.10) observou que “Essas situações de discriminação, ocorridas na presença de professores, sem que estes interferissem,



chamam minha atenção. Os educadores não perceberam o conflito que se delineava”.

Estudos contemporâneos sobre a implementação da Lei 10.639/03 e o enfrentamento ao racismo nas redes municipais como as pesquisas Pesquisa Farol Antirracista (São Paulo, 2023)² e do estudo Lei 10.639/03 na Prática (Instituto Alana/Geledés, 2023)³, indicam que a educação infantil paulistana ainda carrega resquícios desse período. As desigualdades de acesso, as práticas pedagógicas e as próprias políticas públicas frequentemente perpetuam lógicas de controle e hierarquização social herdadas desse projeto inicial.

Considerações Finais

A criação dos Parques Infantis em São Paulo em 1935 inaugurou a educação infantil municipal sob um paradoxo: ao mesmo tempo em que garantia acesso a cuidados e recreação para crianças pobres, o fazia como parte de um aparato estatal de regulação moral, higienização e assimilação cultural. A análise do documento de Nicanor Miranda e da historiografia crítica demonstra que o “pioneirismo” paulistano foi, na verdade, a face de um dispositivo de poder que, sob a promessa de universalidade, reforçou exclusões sociais e raciais.

Compreender essa gênese ambígua não é um exercício de desqualificação histórica, mas uma condição necessária para desnaturalizar desigualdades presentes e repensar os fundamentos de uma educação infantil verdadeiramente democrática e antirracista. O passado dos parques infantis ainda fala ao presente, desafiando a superação de seu legado assistencialista e civilizatório em prol do pleno e incondicional direito à infância.

² Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Farol-Antirracista.pdf>

³ Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Lei10639_NACIONAL.pdf



1º SIMPÓSIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DA FATEC PRAIA GRANDE



ANTIRRACISMO EM MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E TRABALHO

Referências

ARANTES et al. **Mário de Andrade: o precursor dos parques infantis em São Paulo**. 2008.

CARDOSO, Natalia Camargo. **Mário de Andrade: o precursor dos parques infantis em São Paulo**. São Paulo: Phorte, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo, Contexto, 2012.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura**. São Paulo: Cortez; editora da Unicamp, 1999.

FILIZZOLA, Ana Carolina. Bonjardim. **Na rua, a “troça”, no parque, a troca: (Os Parques Infantis da cidade de São Paulo na década de 1930)**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

ITAÚ Cultural. **Mário de Andrade e os parques infantis**. Exposição. São Paulo: 2013, 1ª edição. Disponível em: https://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2016/03/mariodeandrade_op2_envio2-1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos**. Departamento de Cultura de São Paulo, 1941.

NIEMAYER, Carlos Augusto da Costa. **Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

SÃO PAULO. **História da Educação Infantil Paulistana**. Secretaria Municipal de Educação, 2015.

SÃO PAULO (Cid). **Legislação de parques infantis**. São Paulo, Departamento de Cultura, 1935. p. 6-11.